



III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social.



BH, 7 até 9 de junho

EMPODERAMENTO FEMININO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM CONTAGEM: BREVES REFLEXÕES.¹

Amanda do Carmo Amorim Nadú²

Andréa Branco Simão³

Maria do Carmo Fonseca⁴

RESUMO

O objetivo central deste trabalho é apresentar uma reflexão crítica acerca de como as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família avaliam suas relações dentro da família, particularmente com o companheiro e com familiares mais próximos, à medida que passam a receber transferências de renda advindas do referido programa. Especificamente, este estudo pretende discutir se o recurso do Programa Bolsa Família, na forma como é concedido, está contribuindo para um processo de empoderamento da mulher no sentido de favorecer sua autonomia e propiciar transformações, tanto nas relações de gênero estabelecidas entre o casal quanto entre a mulher e seus familiares mais próximos, em direção a maior igualdade ou está servindo para incentivar o fortalecimento dos papéis tradicionais da mulher na maternidade e maternagem. As discussões são baseadas em entrevistas semi-estruturadas realizadas no município de Contagem com beneficiárias do programa, e também com companheiros cujas mulheres recebem o benefício. Os resultados apontam que, embora o benefício contribua para as melhorias nas condições materiais de vida das beneficiárias, ainda se fazem necessárias mudanças que possibilitem uma maior equidade nas relações de gênero.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Relações de Gênero; Contagem.

¹ Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa Empoderamento feminino e relações de gênero no contexto do programa Bolsa Família: uma análise qualitativa no município de Contagem – MG, financiada pelo FIP – PUC Minas, a quem as autoras agradecem o auxílio financeiro.

² Aluna do Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- Unidade de Contagem

³ Professora Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

⁴ Professora Aposentada da UFMG.

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é apresentar uma reflexão crítica acerca de como as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família avaliam suas relações dentro da família, particularmente com o companheiro e com familiares mais próximos, à medida que passam a receber transferências de renda advindas do referido programa. Especificamente, este estudo pretende discutir se o recurso do Programa Bolsa Família, na forma como é concedido, está contribuindo para um processo de empoderamento da mulher no sentido de favorecer sua autonomia e propiciar transformações, tanto nas relações de gênero estabelecidas entre o casal quanto entre a mulher e seus familiares mais próximos, em direção a maior igualdade ou está servindo para incentivar o fortalecimento dos papéis tradicionais da mulher na maternidade e maternagem.

Para atingir o objetivo proposto o estudo lançou mão de entrevistas semi-estruturadas, as quais foram realizadas com quinze beneficiárias do programa, bem como com companheiros de beneficiárias, no município de Contagem.

A hipótese central que norteia esta investigação é de que embora o Programa Bolsa Família apresente um potencial para ampliar o empoderamento feminino, isto não ocorre porque o mesmo não foi desenhado para que houvesse, além do alívio da pobreza socioeconômica, um processo de mudanças no âmbito das relações familiares, em especial entre o casal, que possibilitasse maior respeito às escolhas, às preferências, às opiniões e a aquisição de capital humano das mulheres beneficiárias.

Aparato Crítico

O Programa Bolsa Família nasceu de experiências anteriores de programas de distribuição de renda e como um passo inicial ao projeto de “Renda de Cidadania”, de Eduardo Suplicy. Ele foi criado em 2003, pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, a partir da unificação de uma série de programas preexistentes. Posteriormente, o Programa foi instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04. Atualmente, o Bolsa Família atende cerca de 13 milhões de famílias em todo território nacional. A renda familiar é limitada a R\$ 140,00 (cento e

quarenta reais) por pessoa e conforme o número e idade dos filhos. A gestão do PBF é descentralizada e compartilhada pela União, estados, Distrito Federal e municípios. O Programa conta com o Cadastro Único para Programas Sociais, regulamentado pelo Decreto nº 6.135/07 e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (Brasil, 2011). Em janeiro de 2013, 1.191.589 famílias de Minas Gerais foram beneficiadas pelo programa (SAGI, 2013)

O recebimento das transferências é condicionado a contrapartidas nas áreas de educação e saúde, de acordo com a composição das famílias beneficiárias. Aquelas famílias que possuem crianças e adolescentes até 15 anos devem, por exemplo, efetivar as matrículas das mesmas em estabelecimentos de ensino e garantir a frequência escolar de, no mínimo, 85% da carga horária mensal. Impossibilidade de comparecimento, bem como mudanças de escola, devem ser situações informadas para não interferir no recebimento do benefício. Em relação à saúde, as gestantes e nutrizes são responsáveis por inscreverem-se no pré-natal e comparecerem às consultas; devem participar das atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável. As famílias que têm crianças de até 7 anos de idade devem manter em dia o calendário de imunização e fazer o acompanhamento do estado nutricional e de desenvolvimento das mesmas, tal como preconizado pelo Ministério da Saúde (Medeiros et al., 2007).

Mariano e Carloto (2009) argumentam que as transferências condicionadas de renda que priorizam o repasse monetário às mulheres, em geral, as envolvem em uma rede de obrigações que impedem outras conquistas e, conseqüentemente, sua autonomia e empoderamento. Elas ressaltam que, ao serem incluídas no PBF, as mulheres assumem o papel de representantes familiar e passam a ser vistas, mais uma vez, em função dos seus papéis femininos, particularmente os que vinculam a figura da mulher ao de mãe e de cuidadora.

Rios-Neto (2008), por outro lado, sugere que é necessário considerar o fato de que, embora as mulheres passem a ter mais responsabilidades quando ingressam em um programa de transferência de renda como o Bolsa Família, elas passam, também, a ter níveis mais elevados de consumo de bens que atendem seus próprios interesses e interesses das crianças. Neste sentido, segundo ele, o programa Bolsa Família afeta positivamente o empoderamento feminino.

Em contrapartida, Molyneaux (2009), ao analisar programas de transferência de renda em países da América Latina, ressalta que os argumentos defendendo a idéia de que tais programas empoderam as mulheres são questionáveis e fracamente suportados por evidências empíricas. Segundo ela, embora a transferência direta de dinheiro para as mulheres seja um aspecto positivo gerado pelos programas, ela não é uma condição suficiente para o empoderamento das mesmas. Na concepção de Molyneaux (2009), dadas as desigualdades de gênero no nível domiciliar, para empoderar, de fato, as mulheres, os desenhos dos programas de transferência de renda precisariam encorajar um modelo mais dinâmico de cooperação geracional e de gênero. Neste direção, Lavinás e Nicoll (2006) ressaltam que, ao se tornarem beneficiárias quase exclusivas de programas desta natureza, as mulheres assumem uma responsabilidade ainda maior por suas famílias, em razão dos papéis sexuais tradicionais.

A importância do tema é evidente na medida em que as mulheres são o foco central do programa Bolsa Família e muitas transformações na situação familiar estão diretamente ligadas às normas, valores e papéis que as mesmas desempenham neste contexto. Diante disto, o desenvolvimento de estudos sobre o Bolsa Família, que introduzem a perspectiva de gênero e de empoderamento feminino, são fundamentais para ampliar o conhecimento de aspectos que precisam ser ajustados ou modificados, não somente no âmbito do referido programa, mas de outros de natureza similar, para possibilitar a melhoria da qualidade de vida de milhares de mulheres brasileiras.

Durante a década de 1980, impulsionado pela onda feminista da década de 1970, estabeleceu-se o indicador de “status da mulher”. Os estudos realizados sob o marco teórico de “status da mulher” conseguiram desvendar a situação de desigualdade das mulheres através de indicadores, tais como o grau de autonomia na família em relação à tomada de decisões reprodutivas, no trabalho, nas relações afetivas (casamento, separações, tomada de decisões quanto aos filhos, etc.), nas decisões quanto à mobilidade, autoridade e acesso aos recursos econômicos e controle sobre os mesmos. Assim, dentro dos estudos sobre status da mulher surge o conceito de autonomia. Por seu caráter dimensional e múltiplo, o conceito de autonomia empregado nos estudos sobre status da mulher, não foi capaz de captar as

nuanças de poder existentes nas iniquidades de gênero observadas em sociedades, através de seus sistemas de gênero.

O conceito de gênero vai ser trabalhado durante a década de 1980, como uma construção social em contraposição ao essencialismo biológico. Dentre as construções pioneiras, que discutiram o conceito de gênero como construção social, se encontra a de Joan Scott que define gênero como “organização social da relação entre os sexos” (Scott, 1995). Esta construção estabelece, também, que gênero pode ser entendido como relação de poder entre os sexos.

Assim como o conceito de autonomia levantou inúmeros questionamentos quando introduzido nos estudos de status da mulher, o de empoderamento trouxe, também, muitas perguntas, algumas das quais ainda sem resposta. A começar pelas definições que irão proliferar em cada área do conhecimento.

Diante disto, cabe destacar, aqui, duas definições de empoderamento. Na primeira delas empoderamento é considerado como “a expansão nas habilidades das pessoas para fazerem escolhas estratégicas de vida em um contexto em que essa habilidade foi previamente negada” (Malhorta et al., 2002, p.6). Na segunda definição, empoderamento é apresentado como “... um processo através do qual o agente desempoderado ganha controle sobre as circunstâncias de suas vidas” (Presser e Sen, 2000, p.18).

Apesar das distinções, o conceito de empoderamento, qualquer que seja ele, traz em seu bojo duas condições necessárias para que uma pessoa seja empoderada. A primeira delas diz respeito ao acesso ao conhecimento que se obtém através da educação, seja ela formal ou informal. A segunda condição do processo de empoderamento refere-se ao controle dos recursos econômicos, o que implica, necessariamente, usar e otimizar os recursos. Além destas duas condições, Presser e Sen (2000) sugerem que empoderamento implica uma idéia de processo, ou seja, a progressão de um estado de não se ter poder para o de se ter poder.

Dentro desse contexto, Prates e Nogueira (2005) sugerem que, se de um lado, a grave situação de pobreza e obstáculos socioculturais existentes no país dificultam a autonomia e empoderamento das mulheres, por outro, programas de combate à pobreza, bem fundamentados e articulados, refletem os esforços para a superação das desigualdades existentes em diversas esferas da vida dos indivíduos. No caso do

Programa Bolsa Família, as pesquisadoras apontam que há, por parte da gerência do mesmo, a argumentação de que o envolvimento da mulher com as contrapartidas sociais do programa (tais como pré-natal, matrícula e frequência das crianças na escola, vacinação, qualidade nutricional da alimentação familiar) ajuda a desenvolver sua autonomia e exercer sua cidadania (p. 55).

Porém, diferentemente de Prates e Nogueira (2005), Mariano e Carloto (2009) enfatizam que as mulheres, ao participarem de programas sociais, se tornam sujeitas a obrigações impostas pelo Estado que afetam o tempo e o trabalho feminino. Tais obrigações, segundo as autoras, se expressam no cumprimento de atividades e responsabilidades por mulheres pobres, vinculadas ao cuidado de crianças, adolescentes, idosos, doentes e pessoas com deficiências. Ao impor tal participação, argumentam, o Estado está gerando para as mulheres pobres, responsabilidades ou sobrecarga de obrigações relacionadas à reprodução social.

Nesse cenário, o Bolsa Família, de acordo com Mariano e Carloto (2009) reforça a tradicional associação da mulher com a maternidade e as tarefas pertencentes à clássica esfera reprodutiva, dificultando, dessa maneira, o empoderamento e a conquista da cidadania pelas mesmas. É fundamental, portanto, estar atento aos riscos da cristalização dos papéis sociais de gênero, que aprisionam as mulheres nas tarefas referentes aos cuidados, a maternagem e à reprodução social, impedindo-as do acesso a oportunidades.

Argumentação e Análise

Os resultados apresentados neste estudo se fundamentam nos dados qualitativos obtidos a partir da pesquisa “Empoderamento feminino e relações de gênero no contexto do programa Bolsa Família: uma análise qualitativa no município de Contagem - MG”, realizada pela Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Unidade de Contagem, com financiamento do Fundo de Incentivo à Pesquisa (FIP).

Respeitando os princípios éticos que regem os estudos que envolvem seres humanos, a pesquisa na qual foram coletados estes dados foi devidamente aprovada

pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. O trabalho de campo, ainda em curso, teve início em novembro 2012 e se fundamenta na realização de entrevistas semi-estruturadas com vinte mulheres e dez homens no município de Contagem que recebem o benefício do PBF.

Entrevistas semi-estruturadas se caracterizam, usualmente, pela troca de informações entre um entrevistador e um entrevistado e sua grande vantagem é possibilitar que o pesquisador conheça os sentimentos e as idéias do entrevistado a respeito de determinado tópico, bem como suas experiências pessoais em profundidade, o que dificilmente seria captado em uma pesquisa do tipo survey (Weiss, 1993). As entrevistas foram guiadas por um roteiro que, embora listasse os tópicos de interesse, era suficientemente flexível a ponto de permitir que as(os) entrevistadas(os) desempenhasse um papel mais ativo no fluxo da conversa e que a entrevistadora pudesse explorar pontos de interesse que não haviam sido incluídos no roteiro. Todas as entrevistas estão sendo gravadas, transcritas e analisadas manualmente, sem auxílio de qualquer pacote computacional. Dentre os inúmeros tópicos abordados ao longo das entrevistas, neste estudo são evidenciados aqueles relativos à percepção das mulheres sobre suas uniões e desuniões, sobre os papéis, responsabilidades e comportamentos de homens e mulheres e, também, sobre expectativas de mudanças.

Ao serem perguntadas sobre o que mudou em suas vidas depois que passaram a viver juntos com seus companheiros ou se casaram, uma parcela expressiva das entrevistadas relatou satisfação por terem encontrado alguém que lhes desse atenção. Algumas entrevistadas também ressaltaram o fato de terem se tornado mais maduras a partir do momento em que se casaram ou passaram a viver com alguém. Os relatos a seguir ilustram estes pontos:

Ah, eu acho que eu fiquei mais alegre, mais satisfeita porque eu era muito sozinha né. Eu num tinha ninguém assim pra me da atenção. Igual, eu não tenho irmão, é só eu, num tenho irmão nem irmã. Então assim, é uma pessoa que eu posso conversa, posso passear, me da atenção, tem atenção com as minhas filhas entendeu? (Beneficiária 12, 33 anos).

Eu vi que eu amadureci entendeu? Minha pessoa amadureceu mais responsabilidade, conhecimento pelo fato dele ser uma pessoa mais velha que eu, eu não já não tive a minha fase de adolescência né, eu já pulei pra fase de adulto” (Beneficiária 10, 24 anos).

Apesar da alegria pela união, muitas entrevistadas relataram que já haviam se separado do primeiro companheiro e a separação, para grande parcela, havia sido bastante difícil e, em geral, acompanhada de algum tipo de violência. Uma das entrevistadas relatou que o ex-marido, por não se conformar com a separação havia posto fogo na casa onde ela morava com os filhos, fazendo com que ela ficasse sem onde morar, dependendo de favor de amigos. A família não mostrou interesse, segundo ela, em ajudar.

“Não é não é porque minha vida deu uma balanceada boa. Eu tinha a minha casa própria, até julho morava há cinco anos nela. Ai o meu ex-marido não aceitou a separação e botou fogo na casa com os meus filhos menor tudo lá dentro, [...] ai de julho pra cá minha vida tá assim, nós foi parar no abrigo, do abrigo pra delegacia, pra casa de um, pra casa de outro, parente nenhum ajudou. (Beneficiária 03, 32 anos).

Outras entrevistadas também revelaram que tinham uma situação de conflito com o companheiro e que, por isso resolveram se separar. De acordo com alguns depoimentos, o fato de receber o benefício do programa ajudou na decisão e na manutenção da família. No entanto, o fato do companheiro ou ex-companheiro não contribuir financeiramente torna a vida muito difícil e gera ansiedade entre as mulheres, que assumem, em geral, toda a responsabilidade pela família. Os relatos a seguir evidenciam estes pontos.

Ah, eu trabalho né, to trabalhando. Eu recebo a bolsa família, me ajuda muito, ai eu num, pra ficar brigando eu prefiro viver separado mesmo (Beneficiária 04, 49 anos).

No momento não mudou nada, to passando muita dificuldade, muitas contas pra mim pagar sozinha. Ele mudou meu rumo, ele falou que ia mudar que ia me ajudar, que ia ser uma vida diferente né quando eu mudei lá pro apartamento né, só que ai logo em seguida ele começou aprontar e ele foi. Ai ficou conta pra mim pagar, ficou despesa, ficou tudo por minha conta. E como eu tinha muitas contas acumuladas pra pagar com o benefício do meu menino ai to naquele aperto, mas creio que no mês que vem melhora (Beneficiária 15, 27 anos).

As dificuldades impostas pela ausência de um companheiro que contribua na manutenção da família fazem com que as mulheres pensem acerca da divisão de atividades e papéis que desempenham no âmbito familiar. Para algumas entrevistadas, os homens dificilmente querem mudar de postura, ou seja, querem desempenhar

somente o papel de provedor da família, sem ter que participar do desenvolvimento e educação dos filhos, papéis normalmente atribuídos às mulheres. As falas de duas entrevistadas, apresentadas a seguir, mostram o descontentamento das mesmas com tal situação.

Não é só isso não. Os home é assim: já to trabalhando, te dando o dinheiro pra casa o resto você se vira, não é assim não. A tecnologia mudou, também tem que mudar né, ser mais família, num tem essa mais de: eu to trabalhando e te dando dinheiro e num tem mais nada o que fazer não (Beneficiária 02, 26 anos.)

[...] Igual cê ta falando ai, ele acha que é só trabalha e coloca as coisa dentro de casa, ele acha que ele não precisa participar do crescimento dos fio, da educação, num tem muito tempo pros filho, [...] o certo é isso, mas igual eu to falando com cê, os home deveria participar mais e conhecer mais os filhos (Beneficiária 06, 33 anos).

O desejo de mudança é evidente nos relatos das entrevistadas, as quais argumentam que gostariam de ter companheiros que fossem mais participativos e colaborassem mais nas atividades e vida familiar. Os extratos de falas apresentados expressam uma realidade encontrada com frequência entre as mulheres que foram entrevistadas na pesquisa desenvolvida: a preocupação das mulheres com tudo o que se refere à casa e aos filhos é muito mais elevada do que a dos homens, que apresentam comportamentos violentos em muitas ocasiões. Neste sentido, o controle sobre as circunstâncias de suas vidas é mínimo, está sempre atrelado ao comportamento e aos desejos do homem.

Em primeiro lugar, ah eu queira assim que ele mudasse meu marido na verdade. Oh meu marido ele é assim, ele bebe, ele é muito ignorante. Então assim, às vezes eu vou conversar ele grita, ele berra, num deixa eu falar. Ele acha que aquilo ali é do jeito dele e pronto e acabou. E mudar um pouco com as minhas filhas e comigo, e em casa também, porque ela não é muito responsável com as coisas de casa. Tudo pra adquirir pra casa eu tenho que ficar de cima mesmo e insistir, ficar de cima mesmo. Se falta um sabonete às vezes eu tenho que ficar doida, ah tá faltando um óleo, ai eu tenho que correr lá. Pra fazer uma compra eu tenho que ficar de cima (Beneficiária 12, 33 anos.)

[...] Ele me largava com os 3 meninos em casa e viajava com o irmão dele sozinho, e eu falei assim: fica, fica, fica e ele não quis ficar. Isso me deixou muito magoada” (Beneficiária 10, 24 anos).

[...] Então assim o que mais me mata de raiva é eu falar e a pessoa não entender, eu to falando certo e a pessoa, ela permanece no erro, ele é assim. Então ai ele voou ne mim e deixou meu braço roxo, [...] ai eu

converso, converso, converso. Não, desculpa eu vou mudar. Mais continua a mesma coisa, sempre a mesma coisa” (Beneficiária 12, 33 anos).

Conclusões

Os resultados indicam que, embora mudanças tenham marcado as relações de gênero nas últimas décadas, o caminho a ser percorrido ainda é bastante longo. O programa Bolsa Família, como mencionado inicialmente, não foi desenhado para lidar com as diversas questões que permeiam as relações de gênero, no caso deste estudo, particularmente aquelas ligadas às relações entre homens e mulheres. No entanto, a pesquisa evidencia uma conscientização por parte das entrevistadas no que diz respeito a essas relações. Ainda que as atitudes das beneficiárias em relação aos seus companheiros tenham sido mantidas, elas expressam de forma bastante racional o desejo de que seu companheiro seja um colaborador na realização das tarefas cotidianas.

A grande maioria das entrevistadas revelou que os papéis que desempenham, mesmo depois de receberem o benefício do Bolsa Família, não mudou: eles continuam atrelado às tarefas domésticas e às responsabilidades com os filhos. Neste sentido, não é possível argumentar que o benefício recebido via Bolsa Família permitiu, para o grupo de entrevistadas, a expansão nas habilidades para fazerem escolhas estratégicas em suas vidas. Tal como ressaltaram Mariano e Carloto (2009) as transferências de renda para as mulheres vieram atreladas a uma rede de obrigações, as quais reforçam o papel da mulher na sociedade.

Sem dúvida, como defendeu Rios-Neto (2008), que tal transferência de renda possibilitou um aumento do consumo entre as beneficiárias. Mas o que foi possível observar entre as entrevistadas, é que este aumento no consumo esteve sempre vinculado às necessidades dos filhos. Além disso, em algumas situações, o fato da mulher receber o benefício funciona como um meio pelo qual seu companheiro possa se ausentar de suas responsabilidades financeiras, reforçando ainda mais a responsabilidade da mulher no lar. Por fim, vale lembrar o argumento de Prates e Nogueira (2005) de que a grave situação de pobreza e obstáculos socioculturais existentes no país dificultam a autonomia e empoderamento das mulheres, mas,

apesar disto, quando bem fundamentados e articulados, refletem os esforços para a superação das desigualdades existentes em diversas esferas da vida dos indivíduos, dentre as quais está a das relações que se estabelecem entre homens e mulheres.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>. Acessado em: 24/03/2011.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. Pobreza, transferência de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas. Revista Parcerias Estratégicas, Brasília, n. 22, p. 39 a 75, junho de 2006. Disponível em: <http://www.cge.org.br/parcerias/p22.php>. Acessado em 14/07/2010.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, n. 17, v. 3, p. 901 a 908, setembro-dezembro de 2009.

MALHORTA, A.; SCHULER, S. R.; BOENDER, C. Measuring women's empowerment as a variable in international development. Background paper prepared for the World Bank workshop on poverty and gender: new perspectives. Final version: June, 28, 2002. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTGENDER/Resources/MalhotraSchulerBoender.pdf> acessado em: 06/11/2010.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate. Texto para discussão n. 1283, IPEA: Brasília, junho de 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acessado em 13/07/2010.

MOLYNEAUX, M. Conditional cash transfers: a pathway to women's empowerment? Research papers – IDS Series on Social Policy on Developing Countries, 2009, p.1 a 97 Disponível em: www.pathways-of-empowerment.org/PathwaysWP5-website.pdf acessado em 23/03/2011.

PRATES, C. A.; NOGUEIRA, M. B. B. Os programas de combate a pobreza no Brasil e a perspectiva de gênero no período 2000-2003: avanços e possibilidades. Santiago, Chile: Nações Unidas, 2005.

PRESSER, B. H.; GITA S. Women's empowerment and demographic process: moving beyond Cairo. Oxford University Press: Oxford, 2000.

RIOS-NETO, E. L. G. Pocket Bood Poverty Alleviation. Americas Quartely, v. Spring, p. 68-71, 2008.

SAGI. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Relatório de Informações Sociais. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#> acesso em 26 de fevereiro de 2013.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. v. 20, n. 2, julho-dezembro, 1997.